



A Descrição da China de Fr. Jacinto de Deus

LEONOR DIAZ DE SEABRA*

ORIGEM HISTÓRICA DOS FRANCISCANOS

A Ordem Franciscana, fundada por S. Francisco de Assis em 1209 e confirmada em 1215 pelo Papa Inocêncio III, só chegou a Portugal em 1217.¹ Dedicou-se à actividade missionária, de que Francisco de Assis começou por dar o exemplo, dedicando-se à evangelização do povo, particularmente nos meios rurais e também partindo para novas terras de missão, vivendo, convivendo e partilhando o modo de viver das suas gentes.²

Em relação ao Extremo Oriente, o trabalho missionário dos Franciscanos foi também pioneiro. Em 1245, o Papa Inocêncio IV decidira enviar uma embaixada à corte mongol a fim de obter apoio para conter o poderio muçulmano que então ameaçava a Europa e a cristandade. Inicialmente, esta missão foi confiada a um franciscano português, Fr. Lourenço de Portugal, que nunca a concretizou, tendo partido, em seu lugar, Fr. João do Monte Carpini. Embora os resultados desta missão fossem pouco significativos, ela foi depois continuada por outros missionários franciscanos,

como Fr. João de Montecorvino, Fr. Odorico de Pordenone e Fr. João de Marignolli.³

Apesar do esforço e dos resultados do século XIII, a expansão missionária e a presença dos Franciscanos no Oriente está ligada à expansão marítima ocidental.⁴

Os primeiros religiosos da Ordem de S. Francisco de Assis a chegarem a Macau partiram das Filipinas – embora já estivessem em Goa desde 1518 –, tendo chegado a Cantão em 1579.⁵ Este primeiro grupo era constituído por Fr. Pedro de Alfaro, custódio e natural de Sevilha, Fr. João Baptista Lucarelli, italiano, de Pesaro, Fr. Sebastião de S. Francisco, natural de Baeza, e Fr. Agostinho de Tordesillas, que se faziam acompanhar de alguns soldados.⁶ Vencidos os primeiros obstáculos da sua chegada e estadia em Cantão, os frades escreveram ao bispo de Macau, D. Melchior Carneiro, o qual de bom grado se disponibilizou para os acolher e apoiar,⁷ o que resolveram aceitar face ao decreto do imperador Wanli (1572-1620) e promulgado pelo mandarim de Cantão, que proibia os castelhanos de se manterem na China.⁸ Dirigiram-se para Macau, mas agora apenas Fr. Pedro de Alfaro e Fr. Giovanni Battista Lucarelli, uma vez que Fr. Sebastião de S. Francisco falecera durante a estadia em Cantão, tendo os demais membros do grupo regressado às Filipinas.⁹ Para além do acolhimento do bispo, encontraram na Cidade do Santo Nome de Deus, onde chegaram no dia 15 de Novembro de 1579, duas outras pessoas que se prestaram a ajudá-los: o Pe. André Coutinho, português do clero secular, e o leigo espanhol Pero Quintero. Os franciscanos

* Professora do Departamento de Português na Universidade de Macau. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mestre em Estudos Luso-Asiáticos pela Universidade de Macau e Doutorada em História pela Universidade do Porto.

Assistant Professor in the Department of Portuguese of the University of Macau. History graduate from the Arts Faculty of Oporto University, Master in Asian-Portuguese Studies from the University of Macau, Ph.D. in History from Oporto University.

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

recusaram todas as ofertas de hospedagem, preferindo instalar-se no Hospital de S. Lázaro (dos leprosos) – que fora fundado por D. Melchior Carneiro, em 1569 – a quem serviam e prestavam os mais humildes serviços.¹⁰ Foi-lhes atribuído um terreno a fim de se dar início à construção do primeiro eremitério-convento franciscano, concluído logo no ano seguinte (1580), sendo a igreja dedicada a Nossa Senhora dos Anjos.¹¹

Além deste convento, Fr. Lucarelli construiu também uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário.¹² Mais tarde, em 1684, e por iniciativa do Pe. Francisco Peres da Conceição, foi erguida a Via Sacra (*via crucis*), que ia desde o convento de Nossa Senhora dos Anjos até à ermida de Nossa Senhora do Rosário.¹³

Em 1580, Fr. Pedro de Alfaro teve de se ausentar para Goa, deixando o governo do convento a Fr. João Lucarelli. Fr. Alfaro morre num naufrágio nas costas da Cochinchina e, em 1581, Fr. Lucarelli foi expulso de Macau para Malaca, onde funda também um convento: o convento da Madre de Deus.¹⁴ Em 1582, regressou a Macau com o capitão Aires Gonçalves de Miranda, tendo voltado a tomar posse do convento dos Franciscanos, então abandonado.¹⁵

Em Agosto de 1582 chegou a Macau um novo grupo de sete religiosos chefiados por Fr. Jerónimo de Burgos, comissário-provincial da custódia de S. Gregório das Filipinas. Teve, então, lugar o primeiro Capítulo local dos frades capuchos, no qual Fr. Martinho Inácio de Loiola foi eleito como custódio. Procedeu-se, também, à criação da custódia de S. Gregório da China, constituída pelos conventos de Malaca e Macau e autónoma da casa-mãe das Filipinas.¹⁶

Em 1583, logo após o seu regresso a Manila, Fr. Jerónimo de Burgos teve de voltar à China, agora com o objectivo de anular o que antes tinha fundado: a custódia de Macau/Malaca. Porquê? É que a existência desta, independente da casa de Manila, impedia os castelhanos de manterem aberta a única porta de acesso à China que até então tinham conseguido abrir.¹⁷ No entanto, e apesar das diligências feitas, os objectivos desta missão não foram alcançados, resolvendo o frade, então, apelar ao geral da Ordem Franciscana, para solucionar as dissensões entre portugueses e castelhanos nesta região.¹⁸ Esta questão acabou por ser resolvida por Filipe II em 1584, depois de ouvido o Conselho das Índias, com a cedência do convento de Malaca aos portugueses, formando a custódia de S. Francisco

de Malaca, dependente de S. Tomé de Meliapor, na Índia, mas voltando a integrar o convento de Macau na custódia de S. Gregório das Filipinas (como “chave da porta da China”).¹⁹

No entanto, esta decisão não foi bem aceite em Macau e o capitão-geral, Francisco Pais, ordenou que o convento dos Franciscanos Descalços fosse entregue aos portugueses, tendo os frades espanhóis sido expulsos, de Macau, a 11 de Agosto de 1585.²⁰

A 12 de Agosto de 1586, contudo, foi entregue a Fr. Martinho Inácio de Loiola, conforme as ordens régias e as leis da Ordem Seráfica, ficando novamente dependente da custódia de S. Gregório das Filipinas. Em 1588, novamente os franciscanos espanhóis tiveram de deixar Macau, acabando o convento por ser entregue definitivamente aos franciscanos portugueses, em 1589.²¹ Neste mesmo ano, Filipe II proibiu os religiosos das Filipinas de irem para a China. E, por carta régia de 18 de Fevereiro de 1595, ordenava-se ao vice-rei da Índia, Matias de Albuquerque, que “proibisse a residência em Macau a sacerdotes de outras ordens religiosas além dos Jesuítas e Capuchos (Franciscanos) portugueses”.²²

Ficaram, pois, os religiosos portugueses sozinhos em Macau e na China até 1633, data em que Fr. António de Santa Maria conseguiu “abrir a porta da China” aos Franciscanos espanhóis, assim como entraram em Macau as Clarissas.²³

Neste ano, Fr. António de Santa Maria esteve quatro meses na província de Fukien (Fujian). Em Dezembro do mesmo ano passou para a província de Nanquim (Nanjing), donde foi expulso pelos Jesuítas. Em 1650, estabeleceu-se na província de Shantung (Shandong), dando início às Missões que a província de S. Gregório das Filipinas manteve na China até ao princípio do século XIX.²⁴

Mais tarde, principalmente a partir do segundo quartel do século XVII, chegaram a Macau novos missionários franciscanos vindos de Manila.

Todavia, a actividade missionária não se limitava ao império chinês. Em breve os frades foram enviados para o Japão, dando apoio à missão já iniciada pelos Jesuítas e que apresentava já abundantes frutos. O início da missão franciscana no Japão parece situar-se por volta de 1582 ou 1583, sendo um dos primeiros Fr. Juan Pobre, que anteriormente, como capitão e membro do grupo, havia acompanhado o Fr. Alfaro a Cantão e a Macau, regressando depois a Manila

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

onde ingressou na Ordem Franciscana.²⁵ Em 1584, o dáimio Toyotomi Hideyoshi, de Hirado, mandou uma carta a Manila com vários presentes; igualmente o dáimio Omura Sumitada mandou 11 japoneses cristãos pedindo religiosos. Em 1592, o governador das Filipinas, Gomez Dasmariñas, mandou como embaixador ao Japão o dominicano Juan Cobo. O embaixador ficou convencido que Hideyoshi desejava que Manila lhe prestasse vassalagem. No entanto, em 1593, era enviado a Nagoya (Japão) o franciscano espanhol Pedro Baptista, com dois franciscanos portugueses.²⁶ Em Outubro de 1594, os franciscanos espanhóis inauguraram uma casa e igreja em Meaco (Quioto), a que deram o nome de Santa Maria da Porciúncula, fundando também ali dois hospitais onde tratavam leprosos; em Osaka fundaram uma casa com o nome de Belém; em Nagasáqui, Fr. Pedro Baptista estabeleceu-se com um companheiro português, Fr. Jerónimo de Jesus, no Hospício de S. Lázaro. A partir daí começam as dificuldades com os portugueses, assim como com os irmãos da Santa Casa da Misericórdia, a quem pertencia o Hospício, bem como com os Jesuítas em matéria de apostolado.²⁷

No início, a missão em terras japonesas foi proveitosa e fecunda, mas rapidamente a situação se alterou. Tal como as outras ordens religiosas, sofreram perseguições e tiveram de se retirar do Império do Sol Nascente. Já em 1587, o sucessor de Nobunaga, Toyotomi Hideyoshi, promulgara o decreto ordenando a todos os senhores feudais a expulsão dos missionários. E, em 1596, deu-se a perseguição e captura da nau espanhola *San Filipe*, que fazia a viagem de Manila para o México, mas fora apanhada por uma tempestade que a fez ir ter ao Japão. Aprisionados, os franciscanos foram condenados e mortos em 1597.²⁸

Mais tarde, no século XVII, mais franciscanos chegaram a Macau. Em 1639, aqui chegou Fr. Francisco de Jesus de Escalona, procurando convencer os seus religiosos a irem evangelizar a China.²⁹

Também os franciscanos espanhóis que, de Manila, partiam para a China passavam por Macau (“porta de entrada no Celeste Império”).³⁰ Era necessário, pois, haver em Macau um procurador dos franciscanos espanhóis.³¹ O Pe. António de Santa Maria Caballero esteve em Macau de 1640 a 1644.³² Em 1649, Fr. Boaventura Ibañez foi destinado para as Missões da China com Fr. António de Santa Maria e Fr. José de Casanova.³³ Muitos outros se lhes seguiram. No

entanto, muitos queixavam-se das dificuldades sentidas ao quererem partir de Macau para Cantão, dificuldades levantadas pelos franciscanos e autoridades portuguesas de Macau.³⁴

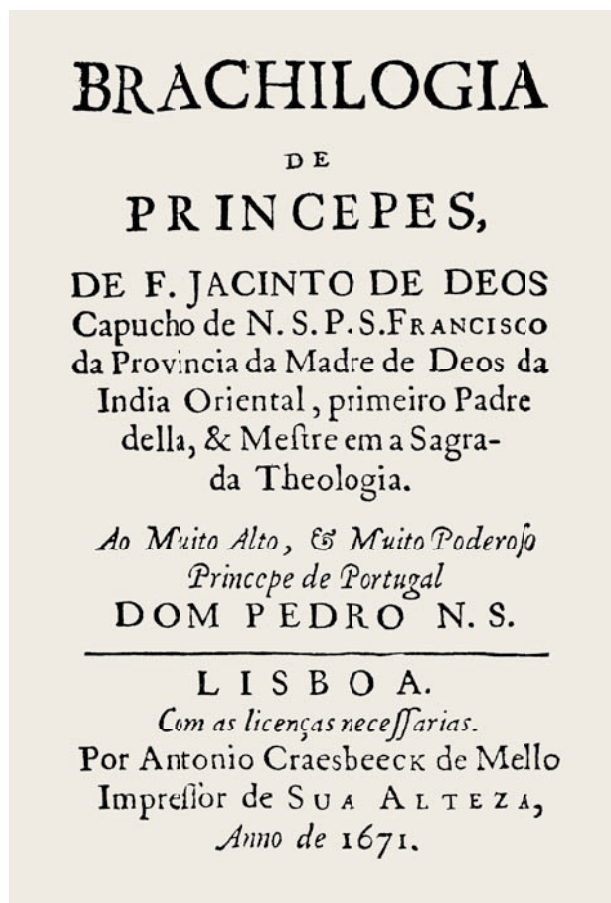
Já no século XVIII, Fr. Manuel de Jesus Maria José, O. F. M., foi escolhido por D. João V para bispo de Nanquim. Partiu para a China em Fevereiro de 1721 e chegou a Macau em Agosto de 1722, mas como morrera o imperador Kangxi, aqui permaneceu e exerceu o seu ministério em Macau e Cantão.³⁵ Em 1724 chegou a Macau a notícia de que o novo imperador Yongzheng iria expulsar os missionários da China, pelo que D. João V enviou o embaixador Alexandre Metelo de Sousa à China, mas sem quaisquer resultados positivos.³⁶ Fr. Manuel ainda foi a Cantão duas vezes, mas viu-se forçado regressar a Macau e, em 1734, embarcou de regresso a Portugal.³⁷

O frade arrábido Fr. José de Jesus Maria veio para Macau com o bispo D. Frei Hilário de Sta. Rosa (também ele franciscano) em 1742³⁸ e aqui, de 1743 a 1745, escreveu a sua obra *Azia Sinica e Japonica*, utilizando a documentação local, regressando a Portugal neste último ano.³⁹

No século XVIII, agravou-se a Questão dos Ritos Chineses,⁴⁰ devido à acção do cardeal Charles Thomas Maillard de Tournon, legado do Papa *a latere* para a Índia e para a China e que chegou a Macau em Junho de 1707.⁴¹ Querendo obrigar todos a cumprir o decreto papal contra os Ritos Chineses, deparou com a resistência das autoridades civis e eclesiásticas, dando isso origem a excomunhões, discórdias constantes e à divisão das Ordens Religiosas em Macau.⁴²

Um decreto de 28 de Maio de 1834 extinguiu as Ordens Religiosas em Portugal, em Macau e nos seus domínios ultramarinos, passando os seus bens para a Fazenda Nacional. Este decreto, todavia, só em 1835 foi posto em execução em Macau.⁴³ Viviam, na altura, no convento dos Franciscanos, Fr. Francisco da Conceição, guardião, pertencente à província da Madre de Deus de Goa (Índia), que foi expulso do convento em Setembro de 1835 e nomeado coadjutor da Sé em 1836, Fr. António de Assunção e Fr. Manuel das Dores, ambos igualmente da mesma província da Madre de Deus.⁴⁴ Vieram, ainda, Fr. José da Soledade, que foi nomeado capelão do Batalhão do Príncipe Regente, em 1839, tendo sido capelão de Santa Clara durante vários anos⁴⁵ e Fr. Francisco Xavier da Madre de Deus. Este veio em 1823 como capelão da fragata *Salamandra*

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

Frontispício de *Brachilogia de Princepes*, Lisboa, 1671.

– enviada a Macau com a incumbência de derrubar o governo liberal que aqui se instalara – e foi, de 1832 a 1834, capelão do Leal Senado e, após a extinção do convento dos Franciscanos, coadjutor da freguesia de S. Lourenço.⁴⁶

Em 1861 o convento de S. Francisco e a igreja foram demolidos, sendo construído no local um quartel para o “batalhão de primeira linha”, que para ali se mudou em 1866.⁴⁷

Para além da acção pastoral e missionária, tanto na China como em outras paragens do Oriente, os Franciscanos dedicaram-se também às obras de assistência, começando logo após a sua chegada a servir os leprosos e doentes no Hospital de S. Lázaro. Este serviço de apoio aos pobres e necessitados era um dos objectivos da Ordem, pois a própria vocação de S. Francisco de Assis está associada à sua experiência entre os leprosos. Por isso, Fr. Blás Garcia montou uma “botica” (farmácia) e uma enfermaria no convento de

S. Francisco, em Macau.⁴⁸ Esta farmácia serviu a cidade durante muitos anos e teve uma grande importância, principalmente após a expulsão dos Jesuítas, em 1762, já que passou a ser a única.⁴⁹ Servindo-se deste meio, alguns franciscanos exerceram uma acção benemérita, junto da população mais necessitada.

A SITUAÇÃO DE MACAU NO SÉCULO XVII

Qual a situação de Macau na época em que viveu Fr. Jacinto de Deus? O século XVI foi o século de Expansão Marítima Portuguesa e fixação no Oceano Índico e Pacífico, formando o chamado Império Português do Oriente, incluindo Macau, que atingiria a sua época áurea com o comércio da China e do Japão, em que os portugueses de Macau desempenharam uma função de intermediários, trocando a seda chinesa por prata do Japão, que levavam para a China.⁵⁰

O século XVII, pelo contrário, foi um século de crise para Macau, com sucessivos ataques dos holandeses à cidade, que começaram em 1601, culminando com o grande ataque de 1622, em que foram definitivamente derrotados. Ao quererem capturar Macau, Malaca e Nagasáqui, os holandeses desejavam interceptar o altamente rentável comércio da prata.⁵¹

Com o final do comércio do Japão, em 1639, e a ascensão do poder comercial e naval dos holandeses nos mares orientais, os comerciantes independentes de Macau tiveram de se virar para outras rotas comerciais, desenvolvendo o comércio com outros portos do Sudeste Asiático.⁵²

Em 1640 deu-se a restauração da monarquia portuguesa, subindo ao poder D. João IV, da Casa de Bragança, o que se reflectiu em Macau, pois os espanhóis foram expulsos da cidade, pondo fim ao comércio de Macau com as Filipinas.⁵³

Em 1641 deu-se a conquista de Malaca pelos holandeses, com as consequentes dificuldades económicas para Macau, que perdeu o local onde se centralizava o comércio de especiarias.⁵⁴ Em 1660, os holandeses tomaram Macaçar, obrigando inúmeras famílias daquela zona a refugiarem-se em Macau, tendo outras ido para Timor e outras para o Sião.⁵⁵

Com a queda da dinastia Ming, a China viu-se envolvida numa situação de conflito político e luta armada, tendo Macau participado no auxílio aos Ming, com o envio de homens e canhões.⁵⁶ Com a subida dos Qing (manchus) ao poder e a queda de Cantão nas

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

suas mãos em 1650, a cidade atravessou uma situação complicada.⁵⁷

Em 1661, as autoridades da dinastia Qing deram ordens às populações costeiras para se retirarem para o interior, devido aos ataques de Coxinga (Zheng Chenggong), partidário dos Ming, que se fixara na Formosa, donde expulsara os holandeses.⁵⁸ Ora, se este decreto fosse cumprido, Macau desapareceria e deixava de se justificar a presença portuguesa no Sul da China, pelo que os comerciantes independentes de Macau iniciaram uma luta pela sobrevivência, recorrendo ao suborno, contrabando, diplomacia, etc.⁵⁹ Para o efeito, foi enviada pelo rei D. Afonso VI, uma embaixada à China, sendo embaixador Manuel de Saldanha.⁶⁰

Esta embaixada chegou a Pequim em 1670, mas, apesar de ter sido bem recebida, não teve qualquer efeito prático.⁶¹ O mesmo aconteceu em 1674, com a

missão diplomática de Bento Pereira de Faria – que fora secretário na embaixada anterior – e que levou um leão de presente ao imperador, o que foi muito apreciado.⁶² O objectivo destas embaixadas, no entanto, não seria, apenas, assegurar os privilégios de Macau, mas tentar que a embaixada holandesa (1666-1668) não obtivesse sucesso.⁶³

Entre 1684, as autoridades chinesas estabeleceram em Macau uma alfândega (*hopo*), responsável pela cobrança de taxas sobre o comércio estrangeiro e vigilância dos navios que entrassem ou saíssem do porto, assim como pelo controlo do contrabando.⁶⁴

Em 1685, o imperador Kangxi publicou um decreto imperial que determinava a abertura do porto de Cantão ao comércio estrangeiro, pelo menos uma vez por ano, durante a feira anual.⁶⁵ Macau perdia, assim, o papel de entreposto comercial exclusivo e os portugueses deixaram de ser os únicos intermediários no comércio da China.

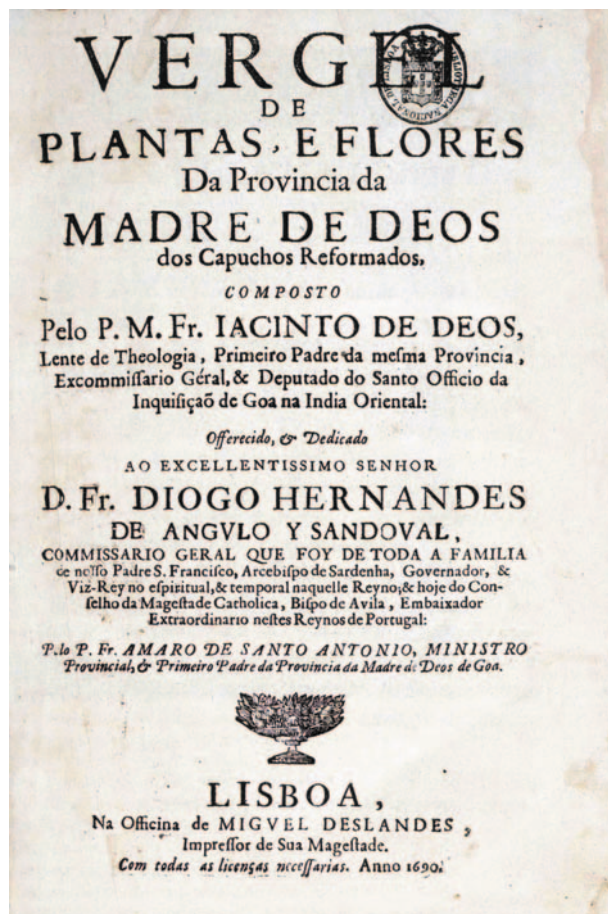
Apesar das grandes rotas estarem perdidas para Macau, a actividade mercantil dos comerciantes locais continha às autoridades chinesas, pois conseguiam uma boa fonte de rendimentos, com as medições – as taxas alfandegárias – que aplicavam aos navios, assim como a cobrança de impostos,⁶⁶ o que lhes permitia exercer um controle bastante apertado sobre a cidade e os seus moradores.

Os comerciantes sediados em Macau, contudo, estavam ainda em posição – o que continuaria a verificar-se durante os séculos XVIII e XIX – de fornecer os poderes asiáticos com canhões, espingardas e munições, o que lhes terá concedido, muitas vezes, a primazia entre os outros concorrentes, mesmo os chineses, que cruzavam as mesmas rotas asiáticas, comerciando, basicamente, o mesmo tipo de produtos.⁶⁷

FR. FRANCISCO DE DEUS. ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

Foi provincial e deputado da Inquisição em Goa (Estado da Índia). Escreveu várias obras: *Escudo dos Cavaleiros das Ordens Militares* (Lisboa, 1670), *Tribunal da Província da Madre de Deus dos Capuchos da Índia Oriental* (Lisboa, 1670; *Brachilogia de Princepes*, (Lisboa, 1671); *Caminho dos Frades Menores para a Vida Eterna*, Coimbra, 1721); *Vergel de Plantas, e Flores da Província da Madre de Deus dos Capuchos Reformados* (Lisboa, 1690).

Frontispício de *Vergel de Plantas, e Flores da Província da Madre de Deus dos Capuchos Reformados*, Lisboa, 1690.



CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)



DESCRIÇÃO DO IMPERIO DA CHINA,
?

*Precedida de algumas noticias
sobre os Conventos de S. Francisco e de
Sta. Clara em Macau:*

EXCERPTO DO

Vergel de Plantas e Flores

*da provincia
da Madre de Deus dos capuchos reformados,*

COMPOSTO PELO PADRE MESTRE

FR. JACINTO DE DEUS,

LENTE DE THEOLOGIA, PRIMEIRO PADRE DA MESMA PROVINCIA,
EX-COMMISSARIO GERAL, E DEPUTADO DO SANTO OFFICIO
DE INQUISIÇÃO DE GOA NA INDIA ORIENTAL.

HONGKONG

IMP. POR DE SOUZA & CA.

1878

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

Foi, no entanto, muito criticado por ter aportuguesado muitas palavras latinas, em especial no *Vergel de Plantas e Flores*. No entanto, muitas dessas palavras já faziam parte da língua portuguesa e eram de uso corrente no século XIX, tais como, exarado, prematuro, propiciar, incolume, conterrâneo, etc.⁶⁸

DESCRIÇÃO DO IMPÉRIO DA CHINA

Esta obra foi publicada em Hong Kong já no século XIX (1878), sendo merecedora de uma edição actualizada e comentada, pois contém muitas informações referentes a Macau e à história da Ordem dos Franciscanos bem como à missão no século XVII, especialmente a franciscana, e ainda descrições da China e costumes chineses, para além de referências ao Japão, Malaca e Cochinchina,

Com 240 páginas, está dividida em duas partes: uma, sobre a acção da Ordem dos Capuchos (Franciscanos) e a outra, com uma descrição detalhada sobre o Império da China e seu governo. A primeira parte, com oito capítulos (pp. 1-52), refere a fundação do convento dos Frades Menores ou dos Capuchos (Franciscanos) e do Convento das Clarissas (de Santa Clara ou das Capuchas), em Macau, assim como as suas vicissitudes nestas paragens. Segue-se-lhe a “Descrição do Império da China” (pp. 53-229), com 12 capítulos (designados por “Excelências”). Por último, mais três capítulos (capítulos IX, X e XI, pp. 230-240), que são a continuação da primeira parte, retomando a história dos Franciscanos nestas paragens, respectivamente na Cochinchina, na China e em Malaca.

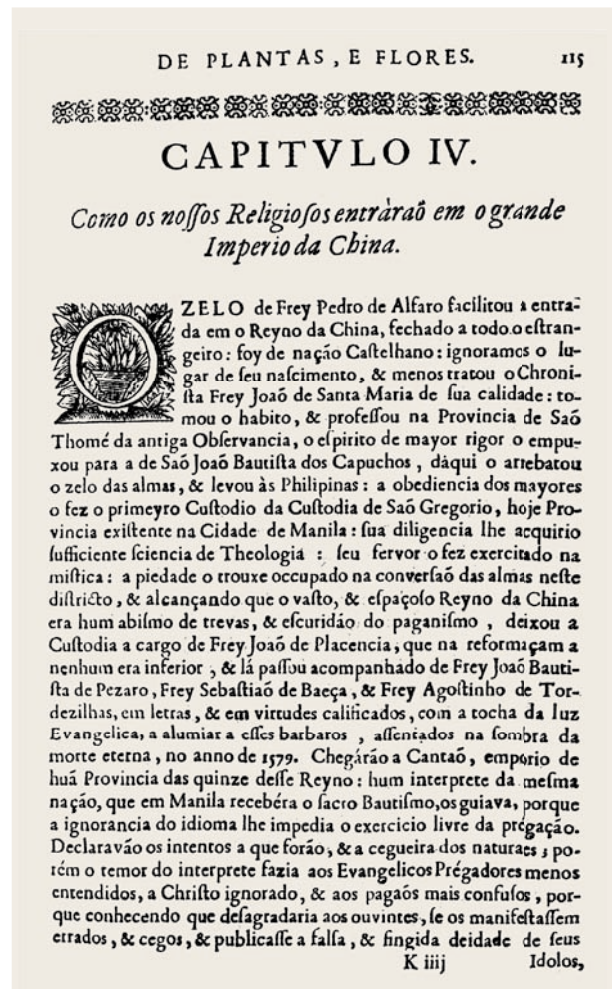
Começa com uma “Advertência aos leitores”, explicando a edição desta obra.⁶⁹

Segue-se-lhe um capítulo não numerado e intitulado “Como os nossos religiosos entraram em o grande Império da China”. Descreve a chegada dos primeiros franciscanos a Cantão, liderados por Fr. Pedro de Alfaro bem como os problemas com que se depararam, explicando que por causa deles tinham escrito para Macau a fim de obterem autorização para aqui virem e aprenderem a língua chinesa, antes de missionarem na China. Diz que, enquanto aguardavam resposta de Macau, ocupavam-se, Fr. Alfaro e os companheiros, em Cantão, do “serviço dos enfermos e enterro dos mortos”; diz ainda que celebraram missa solene no dia de S. João Baptista, sendo esta a primeira missa dita no Império da China. Tendo chegado a resposta de

Macau, partem para esta cidade Fr. Pedro de Alfaro e Fr. Sebastião de Baeza, já que Fr. Agostinho partiu para Manila a dar conta das notícias à custódia de S. Gregório.⁷⁰

A seguir, um capítulo designado “Artigo I. Mostra-se a Prioridade dos Frades Menores em todo o Serviço de Deus”. Indica os Franciscanos como os “primeiros que plantaram a árvore da cruz nas Índias Ocidentais”, nomeadamente o português Fr. João Peres de Marchena, da província da Arrábida (Portugal), no Brasil. No Oriente, terão sido os primeiros na Índia, embora tendo sido os segundos no Japão, foram os primeiros no martírio, pois Fr. Pedro Baptista com cinco companheiros franciscanos e 22 Terceiros (da Ordem Terceira) foram presos em Meaco, em Dezembro de 1596 e crucificados em Nagasaki, em

Página de *Vergel de Plantas, e Flores da Provincia da Madre de Deos dos Capuchos Reformados, Lisboa, 1690.*



CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

Fevereiro de 1597. Afirma ter sido o Pe. Gaspar da Cruz, da Ordem dos Pregadores, o primeiro a entrar na China, em 1556, seguindo-se os franciscanos, Fr. Pedro de Alfaro, Fr. João Baptista de Pezaro e Fr. Sebastião de Baeza, em 1578. Refere também que no “arquipélago de Malaca” foram “os filhos do seráfico Francisco os primeiros”, assim como nas ilhas de Macaçar, Malucas, bem como Ternate, Geilolo e Amboino.⁷¹

No capítulo “Artigo II. Funda-se Convento Capucho na Cidade de Macau no Reino da China” descreve a chegada de Fr. Alfaro e dos companheiros a Macau e como foram bem recebidos nesta cidade, tendo-lhes o bispo Melchior Carneiro oferecido hospedagem em sua casa, bem como os Jesuítas e também vários moradores macaenses. Preferiram ficar no Hospital dos Leprosos, pertencente à Misericórdia de Macau, onde prestavam serviços aos doentes. Diz que esta actuação lhes granjeou “aplausos e afeição” e fez com que lhes oferecessem um local para “edificarem convento”, que aceitaram, acrescentando-lhe um seminário. Três portugueses entraram para a Ordem dos Frades Menores: Fr. António dos Mártires, Fr. Boaventura de Lisboa e Fr. Bernardino de Jesus. Mas a rivalidade entre portugueses e castelhanos fez com que quisessem expulsar os Franciscanos com o pretexto de que ao vice-rei da Índia não agradaria admitirem na Cidade “nação alheia”. Tal situação fez com que Fr. Pedro Alfaro resolvesse partir para Goa e apresentar-se ao vice-rei e arcebispo, deixando o governo do convento de Macau a Fr. João Baptista Lucarelli.⁷²

No capítulo seguinte – “Artigo III. Da Caritativa Morte de Fr. Pedro de Alfaro” – conta a partida deste para a Índia “em um barco menos forte do que pediam os rigores dos furiosos mares que passava” e como, por pouca prática do piloto, naufragou já nas costas da Cochinchina, tendo Fr. Alfaro acudido “ao exercício do sacramento”, acabando por ser encontrado morto na praia.⁷³

Segue-se um capítulo intitulado “Artigo IV. Cresce e Renova-se a Perseguição contra Fr. João Baptista de Pezaro”. Neste tece considerações à malícia dos conselhos dados a Fr. João Baptista Lucarelli para se ausentar, fosse para continuar a viagem de Fr. Alfaro fosse para ir a Cantão missionar, até à sua expulsão para Malaca.⁸¹ Foi aqui muito bem recebido e foi-lhe oferecido “sítio e despesas” para fazer convento.⁷⁴

No capítulo “Artigo V. Do Convento das Freiras de Macau” descreve a ida das freiras de Santa Clara

(Ordem das Clarissas) para Manila e o seu desejo de fundarem um convento em Macau. Em 1633, chegou a Manila o capitão-mor António Fialho Ferreira, que obteve do provincial de S. Gregório das Filipinas autorização para seis freiras irem para Macau fundarem um convento “com os rigores e pobreza da primeira regra de Santa Clara”. Segue-se uma carta do capitão António Fialho Ferreira para o provincial dos Capuchos da província da Madre de Deus de Goa, de 1634, contando a chegada das “religiosas descalças de Sta. Clara” a Macau, onde foram muito bem recebidas, assim como outra carta da Abadessa Soror Leonor de S. Francisco para o mesmo provincial. Descreve a chegada das Clarissas a Macau e diz que ficaram na ermida de Nossa Senhora da Guia durante seis meses em “clausura e recolhimento”. A 30 de Abril de 1634 mudaram-se para o seu próprio convento da devoção de Nossa Senhora da Conceição, onde receberam várias donzelas de Macau que aí professaram.⁷⁵

No capítulo seguinte, “Artigo VI. Do Glorioso Transito da Madre Soror Joana da Conceição”, descreve a morte da madre Joana da Conceição, natural das Filipinas, escassos quatro meses após a sua chegada a Macau.⁷⁶

No capítulo intitulado “Artigo VII. Da Madre Abadessa Soror Leonor de S. Francisco”, conta a vida da madre Leonor de S. Francisco e a sua morte.⁷⁷

Seguidamente, em “Artigo VIII. Da Madre Soror Beatriz de Santa Maria e Maria da Madre de Deus, sua Filha” conta que Beatriz e sua filha Maria tinham nascido em Nagasáqui, de pais portugueses, e que a primeira fora acusada de favorecer e dar guarida a missionários, sendo presa e ambas desterradas para Macau. Ambas professaram no Convento de Santa Clara e a filha, Maria da Madre de Deus, chegou a abadessa deste convento em 1646. Segue-se uma carta de Fr. António de Santa Maria, que acompanhou algumas freiras que resolveram deixar o convento de Macau e regressar às Filipinas, em 1643, que é uma relação da viagem e intitulada: “A Madre Abadessa e mais Religiosas Descalças de Santa Clara da Cidade de Macau.” Como apanharam uma forte tempestade não conseguiram chegar a Manila, tendo desembarcado na Cochinchina, onde ficaram bastante tempo e onde acabaram por conseguir fazer várias conversões, regressando finalmente a Manila em 1645.⁷⁸

Inicia a segunda parte, a mais longa – “Descrição do Império da China” –, falando das dinastias (a que

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

Mártires do Japão. Óleo sobre tela de artista desconhecido, 1640 (Seminário de S. José, Macau).

chama reinados), dos títulos dados ao rei – imperador – e dos nomes dados ao império chinês, quer dentro da China, quer os nomes dados pelos estrangeiros.⁷⁹ Segue-se uma análise do livro de Marco Pólo, fazendo o paralelo com a China daquela época (século XVII).

No seu primeiro capítulo – “Da grandeza do Reino da China” –, começa por enumerar as grandezas da China e suas riquezas, dizendo que é um reino “tão populoso, tão rico e tão político que excede aos mais”. Faz notar, no entanto que, “desta grandeza”, nasce também nos chineses “a soberba e presunção que trazem do ventre da mãe”, que lhes é natural e inata. Explica, depois, como os chineses descreviam os reinos vizinhos, assim como a Europa (pintando-a entre “procelosas ondas” como se fosse uma ilha, para mostrar a sua pequenez em relação à China). Conta que dividiam o Céu em 24 constelações, o mesmo fazendo com o seu Império, que dividiam em 24 comarcas, dando-lhes o nome das constelações; davam ao seu reino “títulos magníficos e altíssimos”, apelidando os estrangeiros com “nomes ridículos e dissonantes”. Descreve as lutas entre os missionários e os bonzos, apelidando estes últimos de “soberbos e arrogantes”.⁸⁰

No capítulo seguinte – “Da Antiguidade do Reino da China” – explica as origens do reino da China

e a sua antiguidade, segundo os próprios chineses, ou seja, que teria mais de quatro mil anos.⁸¹

No terceiro capítulo – “Das Letras e Língua da China” – defende a ideia de que a escrita chinesa foi a primeira a ser inventada – mesmo antes da egípcia –, representando “figuras e imagens, que “exprimem e significam as coisas que representam”. Dá vários exemplos de “letras chinas”, quer em caracteres, quer romanizadas.¹⁰¹ Termina, explicando a maneira como se deve aprender a língua chinesa.⁸²

No quarto capítulo – “Do Engenho e Habilidade desta Nação” – refere as invenções chinesas como, porcelana, impressão (xilografia), pólvora, etc. Fala dos letrados e dos seus conhecimentos, nível da ética e filosofia moral, embora falhos de conhecimentos científicos, “por não comunicarem com outros reinos”, mas que facilmente aprendem, como a matemática, filosofia e teologia. Fala, depois, das universidades e do número de estudantes, assim como da quantidade de livros publicados na China. Cita vários tipos de livros: Crónicas, Anais, História Antiga, Filosofia Natural, etc. e analisa algumas obras sobre os imperadores e termina com Confúcio e Mêncio.⁸³

Começa o capítulo seguinte – “Da Grande Policia deste Império” –, afirmando que precisaria

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

“não de um tomo mas de muitos”, para descrever os ritos, cerimónias e “polícia” dos chineses. Diz haver um livro com “tres mil e mais cortesias” para casamentos, enterro dos defuntos, visitas e banquetes, etc., assim como há uma variedade de nomes e títulos com que “nas suas cartas e práticas se tratam e apelidam”. Refere também os títulos e nomes com que se referem aos seus parentes e amigos, afirmando, por exemplo, que os chineses têm nomes com que distinguem os tios da parte do pai dos da parte da mãe, os mais velhos, os mais moços, etc. Descreve a maneira de vestir dos homens e das mulheres, dizendo que não há “moça ou moço que ande descalço, por pobre que seja”. Afirma também que “nas mulheres é tão universal a decência, composição e modéstia, que não parece nelas adquirida, mas natural”. Diz haver cinco ordens: rei e vassalo, pai e filho, marido e mulher, irmão maior e menor, amigo e amigo, mas que seriam necessários muitos livros para escrever os ritos e cortesias desta nação, ou seja, “da fidelidade do vassalo para com o rei, da obediência dos filhos para com os pais, da sujeição da mulher para com seu marido, do amor do irmão a seu irmão e da correspondência dos amigos”. Sobre os dias de festa, destaca o “décimo da primeira lua do seu ano novo” e a profusão de lanternas, nesta altura, assim como a sua variedade, explicando a origem da festa das lanternas e as duas lendas que habitualmente se contam.⁸⁴

No sexto capítulo – “Dos Edifícios e Obras Públicas deste Império” –, depois de dizer que “excedem suas obras e edifícios, assim na multidão como na grandeza ou extensão, a todos os mais reinos e impérios”, descreve as casas dos mais poderosos, detendo-se na construção do Grande Canal “pelo meio das províncias, por espaço de três mil e quinhentos estádios chinas, que vem a ser 245 léguas portuguesas.” E termina com a grandiosidade desta obra, chamando a atenção, no entanto, para as hospedarias reais, assim como para as fortalezas e muros que cercam a China.⁸⁵

Vem a seguir “Da Grande Indústria desta Nação”. Constata que os “grandes edifícios, artifícios, subtilezas e engenhos de suas obras, não só nascem da muita opulência do império, mas também da indústria”, bem como o facto de não terem “um palmo de terra ocioso e inculto”. Explica que cada vila e cidade tem duas torres, uma, a do tambor e, outra, a do sino, que usam para saberem as horas. Considera, contudo, o sino de vigia da cidade e corte de Pequim, como o “maior que todos os do mundo”.⁸⁶

No capítulo oito – “Da Navegação” – comenta que “raro é o lugar murado ou aberto, principalmente nas províncias do sul, que não tenha rio ou estreito navegável”, pelo que há tanta gente a morar na água, como a que habita em terra. Mostra-se admirado com os tipos de barcos assim como jangadas e sua utilização.⁸⁷

Em “Da Grande Abundância deste Império” mostra como da navegação nasce o comércio e deste “muita parte da abundância deste Império”, admirando-se com a fartura de ouro, o qual têm tanto que “não batem dele moeda, como as mais nações”, pelo que há “a sede e apetite de prata”. Constata o hábito antigo de “presentes e peitas em todo o império”, em especial, na Corte, em que se gastam “muitos milhões de prata”. Dos outros minerais diz haver “grande cópia”, principalmente de cobre e latão, de que fazem peças de artilharia, sinos, vasos, ídolos e estátuas.⁸⁸ Destaca o papel de Macau no fabrico de peças de artilharia, em que se tornou famosa.⁸⁹ Das moedas, refere a importância das de cobre e latão, que são “furadas e enfiadas pelo meio em cordéis”.⁹⁰ Como não usam moeda de ouro e prata, estes minerais são fundidos numa forma com o feitio de um batel, que os portugueses chamavam “pães de ouro e pães de prata”. O costume de queimar moedas e “pães” feitos de papel, quando vão enterrar os mortos ou ao cemitério, ou nos dias dos defuntos, é descrito com muitos pormenores. Destaca a importância da cera – “a melhor do mundo” – e da seda – “esta não só é a melhor, mas é única” –, referindo os vários países que a importam, quer da Europa quer da Ásia. Como não há panos de lã, usam sarjas de várias cores, bem como peles de animais para se protegerem do frio. Espanta-se com a abundância de mantimentos, carnes, pescados e fruta, de que “é tanta a abundância que excede a todo número”, bem como o seu “preço vil e baixo mostra sua abundância e fertilidade”. Termina com a descrição da abundância e variedade de caça e peixe.⁹¹

No décimo capítulo – “Da Nobreza deste Império” –, descreve o hábito dos imperadores, que se apoderavam do poder, de mandarem matar a família do anterior imperador. Curiosamente, só uma família se mantinha por mais de 2000 anos, a de Confúcio. Aproveita para fazer uma série de comentários à religião, criticando o costume de venerarem Confúcio “mais que a seus ídolos”.⁹²

No penúltimo capítulo – “Do admirável Governo desta Nação” – elogia o “grande e prudencial

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

governo” deste Império, começando por tratar “do que os seus doutores e letrados dizem do rei e do seu governo”. Explica que o Império seguia três leis: uma, a dos letrados, que se dedicavam ao “bom governo” do império, realçando a importância de Confúcio e do seu papel para a instrução do Imperador (nove regras fundamentais). A seguir, refere o papel dos mandarins, dizendo que se repartiam por nove ordens, sendo a nona a mais nobre, especificando cada um dos tribunais dos mandarins, em número de seis. Debruça-se depois sobre os tribunais das armas, que são em número de cinco, também com diferentes funções. Passa, depois, à explicação do que são os exames imperiais, que se realizavam de três em três anos e durante três dias, e, passado um mês, davam o grau de doutor a 366 “que melhor fizeram seus actos”. Destes, o imperador escolhia os de “menos idade, de maiores partes e habilidades, e os põe em um colégio ou tribunal, a que chamam *Han-lin-yuen*, que propriamente quer dizer “jardim de letras e ciências”, que são “muitos em número e os melhores engenhos e habilidades do império”, dividindo-se em cinco classes, que constituem cinco tribunais”. Faz uma análise dos tribunais existentes no império chinês e funções que

desempenham, assim como as várias categorias de mandarins em cada um deles. Depois de uma longa secção sobre os “Tribunais de Corte”, como os designa, passa ao estudo dos tribunais provinciais, que “tem um supremo a toda a província”, com um presidente chamado “*tsung-tu*, que vem a dizer, vice-rei daquela província”, o qual é “superior de toda a província na paz e na guerra, no povo e na milícia e no crime”, mas “dele passam as apelações à corte, respectivamente a cada tribunal, a que o negócio pertence”. Refere que às vezes há um vice-rei de três ou quatro províncias, chamado “*liang-kuang-tsung-tu*, vice-rei dos dois Kuangs” e chamado “*liang-chiang-tsung-tu*, vice-rei dos dois Chiangs”; em cada província há um general de guerra (*tsung-ping*), que “é da primeira hierarquia”; e há, também, um visitador (*fan-t'ai*); tendo “estes três superiores [...] seus tribunais, que dão expediente aos negócios”. Explica, depois, que “todas as metrópoles têm dois tribunais, aos quais primeiramente se reduz todo o governo das províncias; um, é o tribunal cível, e outro o do crime”, assim como “cada comarca tem seu visitador”, cuja obrigação “é admoestar aos prefeitos das cidades e vilas o bom governo, a paz e a união, a justiça, e a limpeza e extirpação de ladrões, roubos e

Fernando Brambilla (1763-1834), Vista de Macau, in Carmen Sotos Serrano, *Pintores de la expedición de Alejandro Malaspina*. Madrid, Real Academia de la Historia, 1982.



CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

furtos”; tem, ainda, outro “visitador do mar e dos rios daquela província”. Refere ainda que “todas as cidades de primeira ordem, sejam metrópoles ou não, têm um tribunal, cujo ofício é discernir todos os negócios políticos e civis da cidade e sua comarca”, os quais têm “a mesma potência que o tribunal do prefeito da corte de Pequim”. Seguem-se as cidades, escrevendo que “as cidades de segunda ordem se chamam *chous*, e se dividem em duas classes; a primeira, é subordinada à cidade da primeira ordem, que tem vilas anexas; a segunda classe é subordinada à cidade da primeira ordem, que não tem vilas”. Depois, as vilas, dizendo que “cada vila tem um tribunal, cujo prefeito tem dois assessores, com os quais determina todas as causas daquela vila, de quem vai a apelação para o tribunal da cidade a que é sujeita”; continua dizendo que “tem mais outro tribunal dentro da vila, que consta de um prefeito e quatro adjuntos”, cuja obrigação é “procurar a observância das leis e velar sobre os letrados e advogados, que não excedam os termos da justiça e da razão, nem oprimam os clientes com dilações e vagares”; refere ainda a existência de “outro tribunal, a quem pertence o cuidado do sal, que se distribua rectamente por toda a comarca, e se leve para as partes do sertão”; estes são os “tribunais da política e cível”, mas há, também, em cada cidade, “tribunais de armas, distribuídos com muita ordem e disposição”. Conclui que é “este império, no exterior e nas disposições, o mais bem governado do mundo, porém, no interior é muito desgovernado, porque como lhe falta lume da fé, e é muito vencido da ambição, faltam os ministros na observância de suas disposições, e obedecem ao interesse”.⁹³

O último capítulo – “Do Grande Império da China” – começa com as opiniões que os chineses tinham do seu imperador, que o primeiro rei da China se chamou “rei do céu”, que o segundo se chamou rei da terra” e o terceiro, “rei dos homens”. Espanta-se com a opinião dos chineses que dizem que o seu primeiro rei começou a reinar “200 anos depois do dilúvio universal”, assim como com “os nomes tão grandiosos” com que o rei da China se intitula, “que mais servem à loucura que à vaidade”, tais como, “filho do céu”, “santo do céu”, “espírito”, “grande imperador”, “rei de milhares de anos”, etc. Critica o costume dos imperadores levantarem templos em honra de “algum vassalo avantajado em virtudes ou letras, na paz ou na guerra”, para premiarem os seus serviços, adorando-

-os como se fossem deuses. Passa, depois, a analisar as “opulências e riquezas deste império”, do que “todos os anos entra no tesouro, despensa e celeiro do rei, assim em dinheiro, como as mais cousas e suas espécies”, destacando a prata, que diz ser na “importância de vinte e sete milhões e novecentos mil cruzados de fina prata”. Continua enumerando as riquezas que entram no Império e nos cofres do imperador, como cereais (arroz e trigo), vermelhão, frutas secas, peças de seda, panos de linho, algodão, etc. Descreve a cidade de Pequim, a cidade imperial, dizendo que “está corte de Pequim posta em plano, em quadro”, tendo, cada lado, “doze estádios chinas”, que são “três milhas italianas, e uma légua portuguesa”, com nove portas em cada muro, mas esta é a cidade antiga, pois com o aumento de população foi-se estendendo “para fora dos muros”. Quanto ao paço real, situava-se no meio “desta vistosa e populosa cidade” e, como esta, “também olha para Sul”, sendo cercado “por muros”, cujos exteriores são de “paredes altas e grossas, cobertos por dentro e fora de cal vermelha, e telhados em seus cumes e beiras, com muita arte e graça, de telhas vidradas de amarelo”; tem “quatro portais em cruz respondentes e cada um destes consta de três portas”; estão “ao romper da luz, até se tocar o sino da vigia, abertas de par em par, tirando as que estão do lado do sul, as quais, quando vai e passa el-rei, estão mais abertas”; cercam os “muros interiores muitas torres”, com soldados de guarda; diz que “o muro interior que imediatamente cerca o paço d’el-rei é feito de tijolos grandes e iguais”, sendo “alto, largo e bem disposto de ideias”, com oito portas e, sobre estas portas, aos cantos dos muros, “se levantam oito torres de estremada arquitectura e proporcionad garndeza, por dentro envernizadas de vermelho, e brincadas de flor de oiro, por fora cobertas de telhas vidradas de amarelo”. Continua com a descrição do paço do rei, de vinte andares, “começando do sul por linha direita para o norte”, cada um com seu nome e função, – que identifica pelo nome chinês (em caracteres e romanizado), traduzindo-os também para português – com os seus portais e pátios. O trono real está no sexto andar, onde o rei recebe “as adorações e cortesias que lhe fazem os grandes do reino, que numerados passam de cinco mil os que lhe vem fazer esta cerimónia”, descrevendo o autor, então, a cerimónia de “bater cabeça” ao imperador, isto é, prestar vassalagem. Continua a descrição o palácio real e da suas salas e funções, detendo-se nas salas em que

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

“o imperador assiste com suas três rainhas”, os quartos de cada uma delas e seus filhos, assim como os dez mil eunucos que servem a casa real. Como os Chineses queriam “assemelhar o paço real ao céu”, este tinha “onze céus, com onze pátios e onze casas”, antes de chegarem “ao paço em que assiste o rei”, continuando a explicar o intrincado de “pátios, terreiros ou rocios” de que se compõe o palácio real, assim como os templos que lá existem. Nota que “todos os paços e salas, portas e portais, e mais casas de que até agora falamos, estão cobertas de telhas grandes e grossas, pregadas com pregos para resistirem à fúria do tufão, [...] todas vidradas de amarelo, verde e azul”; e os cumes, “que correm do leste a oeste, levantam dois telhados com figura e engraçada arquitectura, uma lança mais de altura, cujas extremidades rematam carrancas e cabeças de dragões, tigres, leões e outros animais, que se levantam sobre os mesmos cumes do telhado; das pontas, bocas e orelhas destes pendem engraçadas laçadas de flores, cornúpias e outros brincos; e como tudo quanto se vê dentro do paço seja vidrado de verde, azul e amarelo, quando o sol nasce, com seus raios fere e alumia, e aos que de longe vem parecem as salas, os portais e as torres fabricadas de fino e resplandecente ouro, e esmaltado de verde e azul; vista na verdade tão aprazível, quanto real e majestosa”. Critica o costume dos imperadores oferecerem sacrifícios, no solstício de Inverno, nos seus “sete templos magníficos e sumptuosos”, dos quais cinco são “dentro da cidade nova” e dois “dentro da cidade antiga”. Termina com a descrição do “aparato e acompanhamento” do imperador, quando sai “à caça ou para espairecer” ou quando sai “como imperador a fazer algum sacrifício, ou outra acção pública pertencente ao bem do império”.⁹⁴

O autor retoma a história dos Franciscanos e do convento de Macau, com um capítulo chamado: “Artigo IX. Que deste Convento de Macau haviam ido Treze Religiosos nossos Pregar o Sagrado Evangelho no reino de Cochinchina”. Faz uma descrição da chegada dos portugueses à região e das suas características geográficas e diz que o seu rei queria estabelecer relações comerciais com os portugueses de Malaca e Macau, pelo que mandou pedir missionários franciscanos a Macau. Partiram para esse reino Fr. Bartolomeu Rodrigues e dois companheiros, que obtiveram licença do rei para “fazer igreja e casa”, o que aconteceu. Passados dois anos regressou a Macau, por não conseguir obter quaisquer frutos. Passados alguns anos, foram

enviados, de Malaca, Fr. André dos Anjos e Fr. Jácome da Conceição, que obtiveram os mesmos resultados, o mesmo acontecendo uma terceira vez, em que foram enviados padres de Macau e de Malaca. Mas um quarta vez ainda, chegaram Franciscanos a este reino, quando o barco, que ia de Macau para Manila e transportava as freiras capuchas (Clarissas) e Fr. António de Santa Maria da Província de S. Gregório (Filipinas) – que as acompanhava –, foi parar às costas da Cochinchina por causa de uma tempestade.⁹⁵

Segue-se o penúltimo capítulo com o título: “Artigo X. Como deste nosso Convento de Macau entraram seus Moradores a Pregar a Fé Evangélica no Reino da China”. Depois de considerações gerais de carácter religioso, explica que no Capítulo Geral de Roma, em 1593, Fr. Boaventura de Calatagirona decretou que todos os conventos franciscanos da Índia Oriental, sob a obediência da Madre de Deus de Goa (Índia), se erigissem em custódia, a cargo e jurisdição da província da Arrábida de Portugal, como já acontecia com a de Malaca e China. O que foi recusado, ficando o custódio de S. Tomé com a jurisdição dos conventos Capuchos da Índia, tendo a seu cargo a eleição do custódio de Malaca. Executou este decreto Fr. Jerónimo do Espírito Santo, pertencente à província da Arrábida, comissário geral da Índia e custódio de S. Tomé, que nomeou Fr. Francisco da Arruda para custódio de Malaca e China, que partiu com Fr. Francisco do Horto para Macau, em 1568.⁹⁶

O último capítulo intitula-se: “Artigo XI. Como Frei João Baptista de Pezaro fez Convento em Malaca”. Conta a expulsão de Fr. João Baptista de Macau para Malaca, em 1581, e como aqui foi bem recebido. Com a chegada do capitão-mor Aires Gonçalves de Miranda, que ia fazer a viagem do Japão e era muito amigo dos Franciscanos, resolveu regressar a Macau, mas acabou por não o fazer. Segundo o autor, por causa de ser “importunado por moradores de Malaca” e, assim, começou a “fábrica do Convento” sob a invocação da Madre de Deus, numa ermida fora da cidade, numa colina. Mais tarde, partiu para Goa com companheiros de Manila, e depois para Roma, nas naus portuguesas.⁹⁷ O Papa Sisto V foi-lhe muito propício, fundando em Itália alguns conventos franciscanos, que serviriam para proverem as Missões da China de missionários, mas que terminou com o Papa Urbano VIII que os incorporou noutras “províncias de mais estreita obediência”.⁹⁸ **RC**

CRONISTAS ESQUECIDOS DO EXTREMO ORIENTE (SÉCULOS XVI-XVIII)

NOTAS

- 1 A Ordem dos Franciscanos ou Ordem Franciscana foi fundada por S. Francisco de Assis (1182-1226). A sua Regra também esteve na origem da Segunda Ordem Franciscana ou Ordem das Pobres Damas – a Ordem das Clarissas – fundada por Santa Clara, assim como da Ordem Terceira ou Ordem dos Irmãos da Penitência (Ordem Franciscana Secular).
- 2 Sobre este assunto veja-se: Anastasius Van Den Wyngaert, *Sinica Franciscana*, vol. I.
- 3 *Ibidem*.
- 4 Eusébio Arnaiz, Macau, *Mãe das Missões no Extremo Oriente*, p. 67.
- 5 *Ibidem*, p. 67.
- 6 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, Separata de *Archivo Ibérico-Americano*, T. XXXVIII, n.º 149-152, 1978, p. 299.
- 7 Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, Vol. III: *As Ordens e Congregações Religiosas em Macau*, pp. 409-411.
- 8 *Ibidem*, p. 413.
- 9 *Ibidem*, p. 414.
- 10 *Ibidem*, p. 418.
- 11 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, p. 312. Cf. Eusébio Arnaiz, Macau, *Mãe das Missões no Extremo Oriente*, p. 68.
- 12 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, pp. 312-313.
- 13 *Ibidem*, p. 313. Monsenhor Manuel Teixeira diz que essa Cruz do Calvário foi dali removida quando se iniciou a construção do Hospital de S. Januário, em 1872, sendo colocada por detrás da capela no cemitério de S. Miguel. Cf. *Macau e a Sua Diocese*, Vol. XI: *As Confrarias de Macau*, pp. 232-233.
- 14 Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Vol. III, pp. 419-420. Cf. Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, pp. 317-320.
- 15 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, pp. 322-323.
- 16 Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, Vol. III, pp. 425-426.
- 17 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, p. 328.
- 18 *Ibidem*, p. 329.
- 19 *Ibidem*, pp. 329-330.
- 20 *Ibidem*, p. 331. Cf. Eusébio Arnaiz, Macau, *Mãe das Missões no Extremo Oriente*, p. 69.
- 21 Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, Vol. III, p. 431.
- 22 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, p. 339.
- 23 Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, Vol. III, p. 432.
- 24 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, p. 340.
- 25 Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Vol. III, p. 441.
- 26 *Ibidem*, p. 441.
- 27 *Ibidem*, p. 442.
- 28 *Ibidem*, pp. 443-445.
- 29 Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, Vol. III, p. 446.
- 30 *Ibidem*, 454.
- 31 *Ibidem*, p. 457.
- 32 *Ibidem*. Cf. Eusébio Arnaiz, Macau, *Mãe das Missões no Extremo Oriente*, p. 70.
- 33 *Ibidem*.
- 34 *Ibidem*, p. 456.
- 35 *Ibidem*, p. 449.
- 36 *Ibidem*. Veja-se também João de Deus Ramos, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e China*.
- 37 Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, Vol. III, p. 454.
- 38 *Ibidem*, p. 450.
- 39 Eusébio Arnaiz, Macau, *Mãe das Missões no Extremo Oriente*, p. 75.
- 40 Questão dos Ritos – dissensões entre o Clero, por causa dos chamados “ritos chineses” (culto dos antepassados, a Confúcio e nome dado a Deus em chinês), agravando-se, em 1709, com o governador e bispo contra o Senado e Jesuítas.
- 41 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, p. 353.
- 42 *Ibidem*.
- 43 *Ibidem*, p. 366.
- 44 *Ibidem*, p. 367.
- 45 *Ibidem*.
- 46 *Ibidem*, p. 368.
- 47 Manuel Teixeira, *Macau e a Sua Diocese*, Vol. III, p. 465. Cf. António Feliciano Marques Pereira, *Ephemerides Comemorativas da História de Macau e das Relações da China com os Povos Christãos*.
- 48 Manuel Teixeira, *A Medicina em Macau*, Vol. I, pp. 5-10. Cf. José Caetano Soares, *Macau e a Assistência: Panorama Médico-Social*, p. 168.
- 49 Manuel Teixeira, “Os Franciscanos em Macau”, p. 351.
- 50 Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, p. 24.
- 51 *Ibidem*, pp. 25-30.
- 52 Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, pp. 14-29.
- 53 Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China e Descrição da Cidade de Cantão*, p. 150.
- 54 Leonor Diaz de Seabra, *Relações entre Macau e o Sião (Séculos XVIII-XIX)*, pp. 7-8.
- 55 Charles R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração (1640-1668)*, p. 16.
- 56 Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, pp. 47-48.
- 57 *Ibidem*, p. 90.
- 58 Wu Zhiliang, *Segredos de Sobrevivência: História Política de Macau*, pp. 101-102.
- 59 Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, p. 106.
- 60 Fernando Correia de Oliveira, *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*, pp. 67-75. Cf. Pe. Francisco Pimentel, *Breve Relação da Jornada que fez à Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinário Del Rey de Portugal ao Imperador da China e Tartaria (1667-1670)*, compil. e anot. por Charles R. Boxer e J. M. Braga.
- 61 Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, p. 117. Cf. José de Jesus Maria, *Ásia Sínica e Japónica* Vol. II, p. 101-103.
- 62 Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, p. 121. Cf. Charles R. Boxer, *Dutch Merchants and Mariners in Asia (1602-1795)*, pp. 30-46.
- 63 Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700: Uma História Política e Económica*, p. 298.
- 64 Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, Vol. I: *Séculos XVI-XVII*, p. 131.
- 65 *Ibidem*, p. 140.
- 66 Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana ...*, pp. 112-117.
- 67 Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, p. 47; Charles R. Boxer, *Portuguese Conquest and Commerce in Southeast Asia, 1500-1750*, pp. 164-166.
- 68 Innocencio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo III, pp. 238-239. Veja-se também Manuel Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, Vol. III, pp. 447-448.
- 69 Fr. Jacinto de Deus, *Descrição do Império da China...*, pp. I-III.
- 70 *Ibidem*, pp. 3-4.
- 71 *Ibidem*, pp. 4-9.
- 72 *Ibidem*, pp. 12-14.
- 73 *Ibidem*, pp. 15-16.
- 74 *Ibidem*, pp. 18-19.
- 75 *Ibidem*, pp. 19-29.
- 76 *Ibidem*, p. 31.
- 77 *Ibidem*, pp. 30-33.
- 78 *Ibidem*, pp. 37-52.

FORGOTTEN CHRONICLERS OF THE FAR EAST (16TH–18TH CENTURIES)

- 79 *Ibidem*, pp. 53-59.
 96 *Ibidem*, pp. 89-91.
 80 *Ibidem*, pp. 89-91.
 81 *Ibidem*, pp. 92-93.
 82 *Ibidem*, pp. 93-102.
 83 *Ibidem*, pp. 103-114.
 84 *Ibidem*, p. 115-124.
 85 *Ibidem*, pp. 124-128.
 86 *Ibidem*, pp. 129-131.
 87 *Ibidem*, pp. 133-136.
 88 *Ibidem*, pp. 133-136.
- 89 *Ibidem*. Sobre este assunto, veja-se: Manuel Teixeira, *Os Bocarros*, Macau, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
 90 *Ibidem*.
 91 Fr. Jacinto de Deus, *Descrição do Império da China...*, pp. 139-146.
 92 *Ibidem*, pp. 147-149.
 93 *Ibidem*, pp. 150-190.
 94 *Ibidem*, pp. 190-229.
 95 *Ibidem*, pp. 229-234.
 96 *Ibidem*, pp. 236-237.
 97 *Ibidem*, p. 240.
 98 *Ibidem*.

BIBLIOGRAFIA

- Arnaiz, Eusébio, *Macau, Mãe das Missões no Extremo Oriente*. Macau: Tipografia Salesiana, 1957.
 Boxer, Charles R., *Dutch Merchants and Mariners in Asia (1602--1795)*. London: Variorum Reprints, 1988.
 ———, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na época da Restauração (1640-1668)*. Macau: Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940.
 ———, *Portuguese Conquest and Commerce in Southeast Asia, 1500-1750*. London: Variorum Reprints, 1500-1750.
 Deus, Fr. Jacinto, *Descrição do Império da China, Precedido de algumas notícias sobre os Conventos de S. Francisco e de Sta. Clara em Macau*. Hong Kong: Imp. Por De Souza e C.ª, 1878.
 Ljungstedt, Anders, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China e Descrição da Cidade de Cantão*. Macau: Leal Senado de Macau, 1999.
 Maria, José de Jesus, *Ásia Sínica e Japónica* (anotada por C. R. Boxer), Vol. II. Macau: Instituto Cultural de Macau/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988.
 Oliveira, Fernando Correia de, *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*. Lisboa: Público/Fundação Oriente, 1998.
 Pereira, António Feliciano Marques, *Ephemerides Comemorativas da História de Macau e das Relações da China com os Povos Christãos*. Macau: José da Silva, 1868.
 Pimentel, Francisco, Pe., *Breve Relação da Jornada que fez à Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador Extraordinário Del Rey de Portugal ao Imperador da China e Tartaria (1667-1670)*, compil. e anot. por Charles R. Boxer e J. M. Braga. Macau: Imprensa Nacional, 1942.
 Pires, Benjamim Videira, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*. Macau: Instituto Cultural de Macau/Museu Marítimo, 1993.
 Ramos, João de Deus, *A História das Relações Diplomáticas entre Portugal e China*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1991.
- Seabra, Leonor Diaz de, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*. Macau: Universidade de Macau, 2003.
 ———, *Relações entre Macau e o Sião (Séculos XVIII-XIX)*. Macau: Universidade de Macau, 1999.
 Silva, Beatriz Basto da, *Cronologia da História de Macau*, Vol. I: Séculos XVI-XVII. Macau: Direcção dos Serviços de Educação de Macau, 1992.
 Silva, Innocencio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.
 Soares, José Caetano, *Macau e a Assistência: Panorama Médico-Social*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1950.
 Subrahmanyam, Sanjay, *O Império Asiático Português 1500-1700: Uma História Política e Económica*. Lisboa: DIFEL, 1995.
 Teixeira, Manuel, *Os Bocarros*. Macau: Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
 Teixeira, Manuel, “Os Franciscanos em Macau”, Separata de *Archivo Ibérico-Americano*, T. XXXVIII, n.º 149-152, 1978, p. 299.
 ———, *Macau e a sua Diocese*, Vol. III: *As Ordens e Congregações Religiosas em Macau*. Macau: Tipografia Soi Sang, 1956-1961.
 ———, *Macau e a sua Diocese*, Vol. XI: *As Confrarias de Macau*. Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1975.
 ———, *Macau no Século XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.
 ———, *A Medicina em Macau*, Vol. I. Macau: Imprensa Nacional, 1975.
 Wu Zhiliang, *Segredos de Sobrevivência: História Política de Macau*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999.
 Wyngaert, Anastasius van den, *Sinica Franciscana*. Florença e Roma: Collegium S. Bonaventurae e Collegium S. Antonii, 1929-1975.